

QUESTÕES INSTITUCIONAIS NO SISTEMA LITERÁRIO

Heidrun Krieger OLINTO¹

- RESUMO: O ensaio pretende oferecer uma reflexão sobre as condições de emergência, no sistema literário, de um discurso auto-reflexivo centrado sobre o testemunho de intelectuais participantes, de forma institucional, de mudanças paradigmáticas no campo disciplinar das letras, em momentos políticos específicos. Na segunda parte do ensaio os argumentos desenvolvidos serão exemplificados pela leitura de uma “historiografia autobiográfica” que tematiza as transformações dos estudos de literatura paralelas à reforma universitária, ao movimento estudantil de 68 e ao projeto democrático para uma Alemanha pós-guerra. Em torno do olhar sobre o ego-documento de Hans Robert Jauss “*Historia calamitatum et fortunarum mearum or: A Paradigm Shift in Literary Study*”, idealizado no final da década de 80, por encomenda da *Deutsche Forschungsgemeinschaft*, como capítulo de uma história da ciência da literatura na Alemanha, serão abordadas as complexas articulações entre convicções particulares e bandeiras teóricas e políticas para legitimar, ou não, determinadas mudanças paradigmáticas.
- PALAVRAS-CHAVE: Instituição literária; historiografia dos estudos de literatura; ego-documentos intelectuais.

I

Um olhar sobre recentes publicações, em primeira pessoa, que tematizam a trajetória dos estudos literários a partir de experiências pessoais de historiadores e teóricos da literatura profissionalmente ligados ao universo institucional da academia, permite vislumbrar uma rede complexa – e perturbadora – de interesses e estratégias subjacentes aos distintos projetos científicos e pedagógicos privilegiados nas últimas décadas. Para tornar plausível o valor destes, por assim dizer, ego-escritos intelectuais, para o entendimento do sistema literário como instituição, parece-me

¹ Departamento de Letras – Pontifícia Universidade Católica – PUCRJ – 22543-900 – Rio de Janeiro – RJ. E-mail: heidrun@omega.lncc.br

oportuno articulá-los com mudanças paradigmáticas que alteraram substancialmente os pressupostos e a configuração de nossa matriz disciplinar e a sua relação com territórios vizinhos próximos e afastados. Entre as várias transformações destacáveis – e de significativa disseminação internacional – gostaria de focalizar, de forma exemplar, os efeitos de certos modos de pensar e de atuar responsáveis, na Alemanha, pela reorganização do espaço institucional das letras e analisá-los a partir da ótica (auto)biográfica de estudiosos da literatura.

No contexto destas reflexões assume importância inquestionável, no final dos anos 60, a formação de um grupo de pesquisadores em torno de um projeto comum, posteriormente identificado como Escola de Konstanz. A novidade deste gesto cooperativo, o seu conteúdo programático, as condições de sua emergência e a sua repercussão precisam ser compreendidos contra o pano de fundo dos estudos da literatura na Alemanha pós-guerra e das reivindicações reformistas – ou revolucionárias – no campo de uma disciplina fundada tradicionalmente sobre a equivalência entre ciência da literatura e interpretação de obras literárias particulares. No final dos anos 60, e durante os anos 70 – coincidindo com o momento de crise nas ciências humanas, com a época dos movimentos estudantis e a criação de novas universidades (e novas cátedras para as filologias) – estava sendo pleiteada, sob a bandeira da politização das ciências, uma reflexão crítica acerca de suas bases epistemológicas e metodológicas, bem como acerca das condições da atividade do próprio cientista como parte de um sistema social mais amplo, vinculado, por exemplo, a uma comunidade científica institucionalizada. O discurso da ciência, naquele momento, precisava tornar-se auto-consciente e examinar criticamente a sua relação com o meio. Neste âmbito, uma disciplina como teoria da literatura devia satisfazer, ela também, exigências mínimas, tais como métodos consistentes e explícitos, consciência de sua responsabilidade social e relevância de seus resultados (OLINTO, 1988, p. 79).

Nesta época começaram a circular trabalhos teóricos questionando a visão exclusiva do texto literário como artefato verbal assimilado pelo leitor numa atitude contemplativa, a favor de processos interativos que fundem as instâncias do texto e do leitor, de que as teorias da recepção e do efeito representam apenas uma das propostas sugestivas iniciais e projetos posteriores, balizados por

epistemologias construtivistas e teorias sistêmicas – entre eles a chamada ciência empírica da literatura – possivelmente a sua forma mais abrangente na esfera da investigação do fenômeno literário.

A mudança de perspectiva fez com que as novas propostas de estudo do discurso literário marcassem, antes de mais nada, a sua diferença para com modelos tradicionais. As teorias recepcionais, disseminadas durante os anos 70, com a inserção do texto literário no contexto de sua recepção significam mais do que a mera integração do leitor no objeto de análise. São problematizados os próprios pressupostos humanistas que legitimam a subjetividade, a natureza interior do indivíduo como origem do sentido, da ação, da história (OLINTO, 2001). Wolfgang Iser, por exemplo, contrapõe a essa visão antiga a sua concepção da obra literária como fator de uma relação comunicativa em que ela desempenha determinado papel. Em vez de determinar a sua essência, ele tematiza a sua função. Uma teoria da literatura envolvendo o leitor numa ação produtiva na construção do sentido corresponde ao confronto do leitor com uma experiência alheia, em que o texto representa um efeito potencial que mobiliza faculdades perceptivas e imaginativas do leitor. Esses efeitos e respostas não são propriedades nem do texto nem do leitor, mas ocorrem no entre-lugar que se produz durante o processo de leitura. A teoria da leitura de Iser enfatiza, assim, especificamente a idéia de que os objetos se oferecem a um olhar interessado sempre de forma mediada. O sentido da obra passa a ser substituído, deste modo, pelo efeito com base na teoria dos atos da fala que caracteriza o enunciado circunstanciado como unidade mínima da comunicação verbal (ISER, 1976). Em outras palavras, o sentido de um ato da fala transcende o espaço da página e decorre de seu uso por determinados interlocutores em determinadas situações. O modelo da Estética Recepcional de Hans Robert Jauss, por seu lado, motivou uma ampliação dessas perspectivas em direção a uma contextualização histórica concreta. No ensaio inaugural, *Literaturgeschichte als Provokation der Literaturwissenschaft* (JAUSS, 1967), o horizonte de expectativa tinha sido relacionado ao gesto produtivo do leitor em função de um sistema de normas objetiváveis e reconstituíveis, entre outras, a partir de normas estéticas conhecidas, de relações explícitas com obras do cenário literário-histórico e da suposta oposição entre função poética e prática da linguagem. Menos de uma década depois, o próprio autor reconhece explicitamente a limitação de seus

conceitos e aponta a ausência da esfera social como óbvia lacuna de sua construção teórica. Num gesto de auto-crítica, dizia ele que o método recepcional precisava abrir-se às teorias da comunicação, da ação e da sociologia do conhecimento para poder compreender como a arte, fator da práxis social, contribui para fazer a história: “A historicidade da arte e da literatura não se reduz ao diálogo entre leitor ou espectador e obra, entre presente e passado. O leitor não está isolado no espaço social, reduzido à qualidade única do sujeito que lê” (JAUSS, 1978, p. 257).

Creio que o projeto teórico e empírico de Siegfried J. Schmidt (1980, 1982 e 1985), iniciado em meados da década de 70 na recém criada Universidade de Bielefeld e desenvolvido a partir a década de 80 na Universidade de Siegen em colaboração com um grupo de pesquisa interdisciplinar, representa um contraponto interessante por várias razões. Por exemplo, a partir de uma maior complexidade conferida ao espaço interdisciplinar e em função da ênfase sobre uma ciência da literatura de orientação construtivista e sistêmica que enfatiza a passagem da análise do texto literário para o estudo do *sistema literatura* numa perspectiva sistemático-histórica. Siegfried Schmidt, em entrevista dada a Colin Grant (1997, p. 8), lembra uma discussão com Wolfgang Iser em que este lhe disse com bastante convicção: “você começa onde eu terminei, mas é um passo necessário”. Isto quer dizer que ele estava falando: eu descobri o leitor no texto, você precisa descobri-lo fora do texto.

Nos anos 80, o interesse nos estudos de literatura desloca-se mais nitidamente, ainda, para uma perspectiva pragmática. A Ciência Empírica da Literatura representa, neste âmbito, a transição em direção a uma ciência social empírica interdisciplinar, acompanhada pela ampliação de quadros teóricos que permitem descrever sistemas literários como sistemas complexos. O contexto não é tematizado como perspectiva complementar da leitura de textos literários, mas a partir da investigação das atividades dos indivíduos que, em diversos níveis, lidam com fenômenos literários em situações históricas concretas. Uma ciência da literatura concebida a partir de uma teoria da ação comunicativa não tematiza, portanto, o texto literário como entidade autônoma, mas analisa as diversas dimensões do sistema literatura numa perspectiva acional, tais como produção, mediação, recepção e análise teórica de textos literários. Textos são considerados literários apenas na perspectiva dessas constelações acionais sociais concretas, em sistemas históricos definidos por

determinados processos de socialização, necessidades cognitivas e afetivas, intenções e motivações gerais e, ainda, por condicionamentos políticos, sociais, econômicos e culturais que correspondem aos sistemas de pressupostos de sua ação. E é em função dessas articulações, que textos são julgados e dotados de sentido.

Significativa para uma concepção da literatura como campo de ação social específico é a distinção, proposta por Schmidt, entre *participação no sistema* e *análise do sistema literário* que, por seu lado, permite diferenciar entre ação científica e não-científica e situar as duas sem prejuízo de uma em relação à outra. A distinção permite também rediscutir a questão da interpretação no contexto de concepções epistemológicas construtivistas e no contexto da rede teórica. Tanto a distinção entre texto e comunicado quanto a hipótese da dependência do significado de sujeitos socializados invalidam a idéia da interpretação como elaboração do sentido correto de um texto literário ou da intenção autoral. O lugar da interpretação é transferido, nesta proposta, para a esfera da participação enquanto *recepção criativa exemplar* do crítico literário que exhibe neste processo a sua plena subjetividade e as convenções estéticas que o orientam ao transformar o texto em comunicado, sem que precisasse explicitar necessariamente o seu instrumental teórico. A ação do teórico da literatura, a *análise do sistema literário*, em compensação, sintetiza uma forma específica de elaboração de um saber, determinada por valores, normas e regras científicas. Uma atividade necessariamente vinculada a uma comunidade científica, por seu lado, inserida no espaço institucional avalizado como construtor de conhecimento (SCHMIDT, 1992, p. 17).

Ao encanto pelas teorias da literatura em circulação nos anos 70, que situavam no centro das novas convicções a idéia de que textos, em vez de falar, respondem a perguntas curiosas de leitores interessados – desenfazendo, portanto, a categoria da autonomia da arte e o sentido essencial inerente da obra, a favor do seu estatuto comunicacional – correspondia no campo disciplinar da história, na mesma época, um olhar crítico sobre o historiador e as suas formas de construção de saber. A questão análoga se traduzia nesta esfera pela afirmação do silêncio dos arquivos e pelo empenho de explicitar a “operação histórica” em função de escolhas teóricas e metodológicas que orientassem tanto a tarefa do historiador quanto

as escolhas que, por seu lado, orientariam a transformação dos seus resultados em relato.

A renovação da história e da historiografia, especialmente promovida pelos chamados “novos historiadores” franceses, motivou uma série de reflexões sobre modelos de explicação da história e as formas de sua tradução em escrita, que, antes de mais nada, representam uma espécie de despertar epistemológico, tornando visível o envolvimento pessoal dos historiadores em seu ofício profissional, praticado no espaço institucional da academia. Os próprios títulos das publicações programáticas daquela época sinalizam o acento sobre a investigação das condições da produção do saber. *Faire de l’histoire* (LeGoff e Nora), *L’atelier de l’histoire* (Furet), *L’écriture de l’histoire* (Veyne), “L’opération historique” (Certeau) são títulos que sublinham a vontade de uma auto-reflexão sobre a tarefa do historiador, uma vontade explicitada e reclamada nos três volumes, dedicados à história, organizados por Jacques LeGoff e Pierre Nora e publicados em 1974, que compõem o projeto de uma nova história a partir da releitura de seus problemas, abordagens e objetos.

As indagações sobre o lugar ocupado pelo historiador e os constrangimentos da escolha de seu discurso favoreceram a cristalização de idéias e convicções de que a realidade deveria ser entendida, antes, como construção social e cultural, fazendo parte dela as próprias categorias priorizadas para o seu entendimento. Esta revolução paradigmática de ordem epistemológica teve importância e ressonância particular, na década de 70, no conjunto dos fatores responsáveis por um novo olhar sobre a história/historiografia – incluindo uma possível escrita da história do presente – a partir da investigação da *operação historiográfica*, nome dado por Michel de Certeau (1982) ao conjunto de ações implicadas nesta empreitada pela combinação de um lugar social, de práticas científicas e da escolha de uma forma de representação.

Quando o historiador francês Pierre Nora publicou em 1987 uma coletânea com o título *Essais d’ego-histoire*, um experimento historiográfico baseado em depoimentos de sete entre os mais representativos novos historiadores franceses, responsáveis, em parte por este “despertar epistemológico”, ele não só transforma convicções teóricas e epistemológicas em prática, mas torna pública uma discussão até então encerrada no espaço restrito de uma comunidade científica unida por compromissos institucionais, de

modo geral mantidos fora do alcance de possíveis engajamentos políticos. Naquele volume (NORA, 1987), o autor recolhe “autobiografias intelectuais” de sete historiadores representativos da chamada “nouvelle histoire”, que, assumindo expressamente a primeira pessoa do singular, expõem aspectos de sua vida privada, tentando vinculá-los com a sua experiência profissional e acadêmico-institucional em diversas fases de sua existência. Tratando-se de integrantes de um grupo que nasceu nas primeiras décadas do século XX e que ingressou na comunidade científica dos historiadores após a Segunda Guerra Mundial, fica patente que a sua vida se inscreve na história contemporânea marcada por momentos políticos de extrema gravidade e complexidade.

A publicação destes ensaios de ego-história abalou uma espécie de tabu que René Rémond, um dos contribuintes do volume, formulava no subtítulo da sua contribuição, “O contemporâneo do contemporâneo”, do seguinte modo: “Os historiadores não se confessam” (RÉMOND, 1989, p. 287). Um tabu que, de certo modo, funcionava como álibi conveniente para que um historiador – testemunho da história da Alemanha de 1933 a 1945, participante ou não da Resistência, colaborador ou não de Vichy, defensor ou crítico da guerra da Argélia – pudesse esquivar-se de tomar uma posição explícita em questões políticas tão candentes capazes de queimar o próprio corpo. Os historiadores – em função dos compromissos de sua profissão com a realidade objetiva pressupondo isenção, imparcialidade, neutralidade em seus processos de observação – não precisavam, assim, submeter-se ao rito da confissão (ou da inquisição). Peter Burke cita na introdução do livro *A escrita da história* uma carta famosa de 1902, em que o editor da *Cambridge Modern History* insiste com o seu grupo de colaboradores internacionais que “o nosso Waterloo deve ser tal que satisfaça do mesmo modo a franceses e ingleses, alemães e holandeses (...) e que os leitores devam ser incapazes de perceber a passagem da caneta de uma mão para a outra” (BURKE, 1992, p.15). Um lembrete que traduzia, então, os compromissos básicos vinculados à tarefa do historiador. O libelo a favor da visibilidade do historiador e de suas estratégias de profissão é uma conquista muito posterior e, hoje, o produto de seu trabalho científico não se legitima tão somente em função do seu conhecimento específico, cultural e social, mas igualmente pela circunscrição de seu próprio lugar social histórico articulado em torno da possibilidade de

intervir ativamente como árbitro de processos decisórios e de escolhas entre alternativas à custa da exclusão de outras, evidenciando, assim, a função participativa de sua atuação. O que se impôs foi, portanto, uma consciência aguda da posição do observador de segunda ordem no processo de investigação, o que confere à história como ciência um estatuto singular. Ela não corresponde à ressurreição ou reconstrução de um real passado, mas a um arranjo, que, ao comportar aspectos de subjetividade, deixa de ser uma construção definitiva, trocando-se essa qualificação pela honestidade intelectual. Se, nesta perspectiva, fatos não são dados, mas construídos a partir de escolhas do historiador, que com elas constitui um *corpus* de fontes privilegiadas de acordo com suas possibilidades, competências e preferências, o papel do historiador como observador e construtor ganha uma nova dimensão e precisa ser explicitado. Além da busca da verdade – legitimada pelo consenso intersubjetivo dos pares que formam um grupo corporativo institucional –, infiltram-se, entre outros, interesses pessoais, interesses ideológicos, ambições em relação à carreira e posturas face a demandas sociais e políticas que dão perfil às suas escolhas, escapando, via de regra, ao olhar do leitor, porque assumidamente os historiadores se sentiam avessos à confissão, justificando essa atitude pelo alibi da neutralidade científica (OLINTO, 2003).

É neste âmbito que se pode compreender o interesse despertado pelas ego-histórias de um grupo profissional, a partir da possibilidade de entender a tarefa do historiador e as suas realizações historiográficas no contexto dessa extensa rede de pressupostos que exibem igualmente os seus compromissos com uma comunidade científica que funda a sua objetividade na intersubjetividade – a avaliação por seus pares –, acentuando, deste modo, o caráter público do empreendimento científico do historiador. Nesta ótica, sublinha-se que pesquisas são guiadas por pressupostos filosóficos e pelo ambiente sociocultural do historiador. Ligado a seu tempo, a sua cultura e ao seu meio, esse feixe de condicionamentos simultâneos se expressa de alguma forma em sua interpretação (LACOUTURE, 1990, p. 230). Por outro lado, a semi-distância – entre extremidades polares subjetivas e objetivas – permite conferir contornos ao seu objeto de investigação e torna desejável, para a elaboração de métodos de análise, a contribuição desse projeto ego-histórico inovador, porque

nesse tipo de construção do conhecimento histórico emergem simultaneamente aspectos relativos ao mundo privado, profissional e público, numa co-presença que escapa à capacidade explicativa de modelos dicotômicos e processos fundados sobre relações de causa e efeito. Além do mais, quando se trata da história do presente – e os ego-escritos inserem-se sempre na dimensão da história atual vivida, ela é inevitavelmente cruel, como diria Pierre Nora no ensaio “O historiador e o acontecimento do presente”, porque rema quase fatalmente contra a corrente da imagem que um indivíduo, ou uma sociedade, tem necessidade de construir acerca de si mesmo para sobreviver e, por isso, ela fere. “Quando se trabalha com carne viva, ela reage e sangra. Imagine que, em vez de ter descoberto os registros da Inquisição, Le Roy Ladurie tinha descoberto registros da Gestapo com o interrogatório de todos os habitantes de Montaillou” (NORA, 1984, p. 53).

O papel do observador, como articulador auto-reflexivo, terá nesta configuração um destaque significativo. Quando Hans Ulrich Gumbrecht, na qualidade de teórico, crítico e historiador da literatura e da cultura, publica no início da década de 90, na Alemanha, o livro *Uma história da literatura espanhola*, ele inaugura um novo estilo de historiografia. No lugar de um subtítulo eventual surge, na própria capa, a seguinte explicação: “O título desse livro sublinha tão somente o que hoje, de qualquer modo, deveria ser evidente, portanto quase uma tautologia: que não pode haver observação sem observadores” (GUMBRECHT, 1990). Em outras palavras, não pode haver histórias independentes de seu autor. Essa afirmativa questiona pela ótica da plausibilidade epistemológica o tabu antes preservado também pela necessidade de assegurar uma distância crítica entre o investigador e o objeto de sua investigação. O texto introdutório é atravessado por aspectos biográficos do autor, mesclados com reflexões acerca dos motivos da escolha de estudos romanísticos em 1968, por exemplo, e convicções atuais em relação ao campo disciplinar e os pressupostos que, em 1990, orientam a investigação de seus objetos de interesse. Naquele momento, Gumbrecht assume explicitamente uma postura de observador nervoso, móvel, ou flexível, adjetivos que sublinham a consciência de que o próprio observador faz parte do objeto observado, mas as suas observações autobiográficas limitam-se à zona profissional. De resto, ainda diria o seguinte:

Mas a resposta à pergunta sobre os motivos da minha escrita da história da literatura espanhola tornaria pública nas páginas do livro uma parte da minha esfera privada que deve continuar privada e que não pode interessar a um leitor que o comprou para conhecer algo sobre a história da literatura espanhola. (GUMBRECHT, 1990, p. 14)

Uma década depois, no entanto, é precisamente esse espaço íntimo e delicado do autobiográfico escandalosamente presente na sua escrita das biografias de Karl Vossler, Ernst Robert Curtius, Leo Spitzer, Erich Auerbach e Werner Krauss, no livro *Vom Leben und Sterben der grossen Romanisten*, que inaugura um novo gênero híbrido nos entre-espços da história-memória-biografia e autobiografia (GUMBRECHT, 2002).

Parece-me extremamente promissor para futuros projetos uma análise das formas ensaiadas pelo autor para articular a trajetória intelectual de um pequeno grupo de filólogos, tanto com as crises de sua vida privada quanto com a esfera e atmosfera dos estudos de literatura dentro da academia e a situação política conturbada durante os anos do nazismo na Alemanha. Além de elaborar uma imagem fascinante e questionadora da constelação dessa complexa rede de uma memória cultural do passado, Hans Ulrich Gumbrecht – na qualidade de biógrafo assumidamente auto-reflexivo – oferece, simultaneamente, uma visão dos estudos de literatura do passado ao momento atual a partir de uma postura que ele classifica de *semi-distância*, permeada ostensivamente de simpatias oscilantes, críticas, condescendências, ironias, obsessões e perplexidades, sobretudo em relação aos seus próprios pares, ao espaço institucional da academia e ao problemático contexto histórico-político como horizonte de sua iniciação nos estudos de literatura, como calouro em 68.

Se destacamos nesta parte introdutória o sistema e o observador como conceitos-chave, não só para os futuros estudos de literatura como sugere S. J. Schmidt (1996), mas igualmente para o estudo dos espaços institucionais de produção e circulação de um saber científico sobre literatura, esse acento se justifica pela possibilidade de oferecer, no primeiro caso, uma visão do fenômeno literário como complexo sistema sociocultural historicamente situado e observado a partir de determinada moldura, ainda que socialmente mediada, uma circunstância que demanda modelos científicos que levem em consideração uma rede de elementos e

sistemas interativos vinculados com agentes concretos em contextos empíricos circunscritos. Pois, é neste modelo sistêmico, como vimos, que se torna possível isolar um campo específico para a atividade científica como ação social particular, vinculada com determinado espaço institucional e, ao mesmo tempo, em relação interativa com os demais sistemas de produção, mediação e recepção.

A questão do observador se torna problemática só para o observador de segunda ordem. Um observador de primeira ordem – que circula em nossa vida cotidiana – lida sempre de forma não-reflexiva com objetos, com fenômenos, com eventos. Neste nível, portanto, sequer emergem os problemas que perturbam o teórico na investigação da produção científica. Elas só surgem quando, na ótica de um observador de segunda ordem, se questiona a operação da observação de primeira ordem, e é neste momento que se torna quase inevitável subscrever posições auto-reflexivas e construtivistas. E é neste sentido que para o autor do ensaio, “*System und Beobachter: Zwei wichtige Konzepte in der (künftigen) literaturwissenschaftlichen Erforschung*” (Sistema e observador: dois conceitos importantes para a investigação (futura) dos estudos de literatura), a história da teoria do conhecimento moderna deveria ser escrita como história do observador (SCHMIDT, 1996). Trata-se, assim de uma história que acentua as conseqüências da convicção de que tudo o que se diz é dito por um observador para outro, e o que se percebe e reconhece é percebido e reconhecido por um observador em companhia de outros observadores. Em outras palavras, se o fenômeno da observação é uma função da sociedade do saber – observável = observável para nós –, a objetividade de experiências precisaria ser definida em processos de produção, comunicação e avaliação de experiências.

E é no horizonte destas reflexões que emergem como alternativas possíveis e significativas as ego-histórias centradas sobre experiências particulares e simultaneamente compartilhadas. Não como fragmentos da história do sistema literário, mas como possíveis experimentos de escritos em primeira pessoa do singular que, em lugar de totalizar essa história, preservam o seu estatuto de exemplo. O valor da análise proposta do ego-documento de Hans Robert Jauss precisa ser entendido sobre o pano de fundo desses pressupostos.

II

O ensaio “*Historia calamitatum et fortunarum mearum or: A Paradigm Shift in Literary Study*”, de Hans Robert Jauss (1989), originalmente encomendado pelo instituto alemão de fomento à pesquisa Deutsche Forschungsgemeinschaft, foi idealizado pelo autor como “*piece of scholarly autobiography*” (1989, p. 113) e não como análise objetiva do estado-da-arte no território disciplinar da ciência da literatura, entendendo-se, portanto, como depoimento pessoal acerca das atividades de um teórico da literatura envolvido numa mudança paradigmática de impacto radical sobre os processos de investigação teórica e metodológica². A configuração desta autobiografia historiográfica, escrita como um capítulo da história da ciência da literatura, foi publicada em 1989 na coletânea *Future Literary Theory*, editada por Ralph Cohen, como documento pessoal acerca do seu próprio envolvimento nas transformações na esfera dos estudos de literatura. O próprio título, em latim, traduz essa intenção pela perspectiva escolhida – história de minhas desventuras e venturas – e pelo acréscimo que indica uma mudança paradigmática nos estudos de literatura. Centrado sobre o advento da Estética da Recepção, em fins dos anos 60, o autor oferece a *sua* visão sobre as razões de abandono dos caminhos das distintas filologias de cunho histórico-positivista a favor de uma ciência da literatura construída como processo de comunicação literária. O problema enfrentado por Jauss dizia, então, respeito ao modo de transformar experiências subjetivas em prognósticos objetivos sem violar a regra básica da comunidade científica tradicional: “*a scientist should never attempt to judge his own contributions whether significant or not, but specially when not*” (1989, p. 112). Nesta situação, a sua opção pela focalização do futuro passado da disciplina permite-lhe esboçar um segmento da história de “scholarship” do qual ele participou pessoalmente, tanto na qualidade de líder e testemunha ativa quanto de objeto passivo. Uma opção que o livra, ao mesmo tempo, da lógica do desenvolvimento linear como conseqüência teleológica de

² Uma parte das reflexões em torno do estatuto do ensaio de Jauss, além de ter sido objeto de discussão no V Seminário Internacional de História da Literatura, Porto Alegre, PUC-RS, 7-9.10.2003, encontra-se no artigo “Pequenos ego-escritos intelectuais” (OLINTO, 2003), como um dos exemplos de um novo gênero híbrido que se situa no limiar do historiográfico, do biográfico e do autobiográfico.

início, meio e fim obedecendo a uma ótica retrospectiva e lhe permite ensaiar uma história a partir da descontinuidade de sua vivência pessoal articulada com as experiências e o horizonte de expectativa do seu grupo de pesquisa. Esta pequena comunidade científica então emergente, conhecida como Escola de Konstanz, tornou-se a primeira geração pós-guerra empenhada na renovação dos estudos de literatura no espaço institucional da recém criada universidade como reflexo das reformas de 68. Enquanto durante a reconstrução das universidades alemãs – “após os excessos das histórias nacionalistas da literatura no período hitleriano” (1989, p. 114) – as filologias modernas se voltaram para os campos convencionais dos estudos literários baseados no historicismo neopositivista, na análise formal do texto e de sua interpretação imanente, afastadas de quaisquer controvérsias políticas e sociais, o projeto de Jauss acentuava e defendia a relevância científica e social de sua disciplina. É neste sentido que ele vincula a sua trajetória pessoal com o bem sucedido projeto científico por ele incentivado, naqueles anos iniciais.

A primeira pessoa do singular usada no ensaio atribui o sucesso dessa mudança paradigmática – fortalecida pelas publicações bienais da coletânea *Poetik und Hermeneutik* por seu grupo de pesquisa, que durante mais de duas décadas orientaram os mais significativos estudos em sua área disciplinar – reiteradamente ao seu empenho pessoal e à sua iniciativa de propor novas diretrizes disciplinares ainda que com a ajuda de “*friends and students*”. Essa convicção permeia todo o seu projeto de “*autobiographical scholarship*”, mesmo quando Jauss, em gesto de (falsa?) modéstia, credita a bem sucedida campanha de persuasão “*to me only in a smaller part*” e a toda uma situação favorável naquele momento (1989, p. 115). Mas nem tanto. Jauss valoriza o espírito da reorganização das universidades após as reformas, mas se queixa das assumidas atitudes corporativistas e, ao mesmo tempo, individualistas dos cientistas em seu campo disciplinar, pouco inclinados a transformar as suas próprias pesquisas em projetos integrados e compartilhados pela equipe. O teórico só troca o eu singular pelo nós quando se trata da batalha geral a favor de uma nova estrutura para uma universidade democrática e quando comenta as demandas excessivas à sua geração de acadêmicos: “nós nos sentimos sobrecarregados com o triplo papel de pesquisadores, professores e diretores de instituto” (1989, p. 121). Assim, se ele iniciasse novamente um projeto deste

tipo, antes garantiria tempo livre para a pesquisa, para a formação de um grupo de pesquisadores mais homogêneo e estudantes e cientistas mais dispostos para trabalhos verdadeiramente cooperativos. Condições que Jauss viu realizadas no desenvolvimento posterior do projeto por ele começado. “Meu sucessor, Hans Ulrich Gumbrecht, comprovou o inestimável valor desse tipo de organização” formando nos anos 80 um grupo de pesquisa transdisciplinar que, além de se aproximar de campos vizinhos e estabelecer alianças com os representantes da *Nouvelle Histoire*, por exemplo, iniciou uma nova fase de intercâmbio internacional, o que tinha sido “o sonho dos antecessores, impossível de ser realizado em função das dificuldades daquele momento histórico” (1989, p. 122).

A tênue alusão a essas dificuldades limita-se às resistências enfrentadas *intramuros*, em consequência da reforma universitária. “Eu participei dela como integrante do primeiro grupo de professores convidados a criar o campo disciplinar integrado (*Fachbereich*) de orientação interdisciplinar”, uma área que subsumia no nome *Literaturwissenschaft* (ciência da literatura) as filologias particulares até então formando campos separados referentes às línguas inglesa, alemã, latina, românicas e eslavas. O primeiro grupo de pesquisa sob orientação de Hans Robert Jauss projetava as suas reformas em direção a uma teoria da comunicação literária. “Para mim – afirmava ele – a questão da experiência da arte, ou seja, da práxis estética, estava subjacente a todas as manifestações artísticas como atividade produtiva (*poiesis*), receptiva (*aisthesis*) e comunicativa (*katharsis*)” (1989, p. 122). Nesta ótica, a análise do leitor implícito demandava ser acrescida pela inclusão do leitor histórico e a reconstrução tanto do horizonte de expectativa implicado pela obra quanto do horizonte de expectativa social do mundo vivencial concreto do leitor. Uma perspectiva que colocava sob suspeita a dicotomia clássica de ficção e real a favor da ênfase sobre a relação entre tema e horizonte – categorias apropriadas da sociologia do conhecimento – permitindo, assim, a interpretação da ficção literária como horizonte da realidade histórica e o mundo real como horizonte de mundos fictícios.

O grupo de estudos literários de Konstanz, articulado inicialmente em torno de Jauss, se transformou de fato em escola e foi capaz de sobreviver por mais de duas décadas “a todo tipo de problemas externos”, porque incorporou ao longo do tempo uma

segunda e talvez até uma terceira geração que abriram as perspectivas – tanto no desenvolvimento da teoria quanto da prática – em direção à sociologia da literatura, aos campos periféricos da história, da antropologia, da semiótica cultural e da análise empírica da comunicação literária. Mesmo assim, o ensaio termina com sentimentos de frustração porque, na visão de Jauss, o projeto da estética recepcional, tendo ganho inquestionável prestígio internacional, na Alemanha não se transformou em programa modelar para os estudos de literatura em função de um alegado “controle oficial exercido sobre a educação e por causa de uma política universitária restritiva nos anos 70” (1989, p. 124). Se compararmos essa autobiografia intelectual com as ego-histórias, publicadas na mesma época pelos historiadores franceses, chama atenção o acento sobre a vida de Jauss como teórico integrado em uma comunidade científica que enfrentou controvérsias institucionais internas e dificuldades e desinteresse por parte dos órgãos administrativos externos responsáveis pelos programas curriculares oficiais. As frustrações, pequenas alegrias e orgulhos perceptíveis em suas manifestações localizam-se neste âmbito que não abre brechas para a esfera da vida privada e tampouco para reflexões vinculadas com a sua inserção na esfera pública em momentos tão significativos e excepcionais da história da Alemanha. Os excessos do “período hitleriano” são computados na qualidade de acentos exagerados sobre histórias “nacionalistas” da literatura. Estas ausências (voluntárias?) são cobradas e investigadas posteriormente por seus biógrafos, entre eles Hans Ulrich Gumbrecht, que insinuam hipóteses sobre as suas condutas intransparentes nos tempos do Nacional Socialismo e sobre as razões do significativo ocultamento por parte de Jauss.

A coletânea idealizada por Ralph Cohen como revisão da história da teoria da literatura e de seus vínculos com movimentos políticos é marcada, entre outros, por ressentimentos com respeito a gestos de rejeição de uma tradição literária que ignorou formas alternativas. Neste sentido, a seleção de ensaios autobiográficos teve por objetivo oferecer perspectivas ocultas acerca dos pressupostos de teorias da literatura e suas transformações nas últimas décadas motivadas pela emergência, por exemplo, de “*feminist theorists and black theorists*” (COHEN, 1989, p. viii) e de outros projetos até então invisíveis. O que, em princípio, se podia esperar das contribuições eram certamente depoimentos mais explícitos e ousados que

pudessem lançar uma luz sobre os misteriosos subterrâneos e elos entre uma percepção de si, a vivência em uma comunidade científica e as formas de impacto e interação destes modelos de teorização e de atitudes sociais e políticas. Na ótica de anseios desta ordem, a historiografia autobiográfica de Hans Robert Jauss permanece, obviamente, no limbo das expectativas – e promessas – do organizador e contrasta com a abertura de outros ensaios da mesma coletânea. A dimensão pessoal dada ao seu ego-escrito não vai muito além do possível gesto de auto-representação de todo um pequeno grupo coletivo, como a Escola de Konstanz. Contrastando com as reticências e elipses de Jauss, o texto de Hélène Cixous, “*From the Scene of the Unconscious to the Scene of the History*” inicia-se sintomaticamente assim: “*Everything I am going to say here is what I would trouly have said to myself. Which will not mean that it will be ‘true’ for everyone.*” (CIXOUS, 1989, p. 1). Segundo ela, a história da escrita começa com o “inferno do ego”, com esse nosso caos primordial e a escrita autobiográfica, como a história da vida, caminha na escuridão dessas verdades. “*One doesn’t know, one goes. I follow, eyes closed, what I feel*” (1989, p. 1). Mas qual, afinal, é a minha história? Essa indagação aponta, de imediato, para a relação entre um eu e outros. “*Allow me that saying ‘I’, I may be speaking also of others. ‘I’ is many other travelers whom I know and meet...*” (1989, p. 1).

O seu depoimento sinaliza uma trilha nova para o entendimento de seu projeto teórico ao revelar como a sua escrita se mescla com ela e com os outros, como esta escrita se torna parte de seu corpo, sua família, sua cultura, sua identidade étnica, seu *gender*, seu sentimento de alienação e sua consciência dos mistérios além da linguagem. É neste sentido que Cixous localiza o nascimento de sua escrita na Argélia, “*out of a lost country of the dead father and the foreign mother*”, assumindo que cada uma dessas marcas, aparentemente frutos do acaso, se transformaram em “*opportunities of my writing*”. E é neste sentido também que fazem parte deste espaço auto-reflexivo “*foreignness, exile, war, the phantom memory of peace, mourning and pain as the place and time of my birth*” (1989, p. 2). Espaços de sentida ausência no “*piece of scholarly autobiography*” do teórico alemão. Mas espaços ousadamente preenchidos por alguns dos novos historiadores franceses.

Em 1988 escreve Hans Ulrich Gumbrecht uma espécie de epílogo para o projeto de seus próprios mestres acadêmicos da chamada Escola de Konstanz ao diagnosticar a chegada ao fim de

uma época áurea. A incontestável dominação intelectual – e institucional (porque eram eles que distribuía, de certo modo, as cátedras) – deste grupo bastante homogêneo de que Iser e Jauss formaram o núcleo básico (o primeiro, anglista e melhor teórico e o segundo, romanista e melhor historiador), por mais de 25 anos tinha representado o processo de canonização de uma geração – a primeira do pós-guerra – que mobilizava a discussão teórica mais importante em torno dos estudos de literatura. Segundo o comentário de Gumbrecht, os membros do grupo não souberam “remoçar” e, mesmo canonizando as suas incontestáveis inovações, ele vincula o ocaso deste gigantesco empreendimento intelectual com o seu auto-imposto isolamento, especialmente visível na falta de interesse por intercâmbios na cena internacional (GUMBRECHT, 1988, p. 98).

Em meados dos anos 90, o teórico da literatura, Harro Müller, menciona o projeto da estética da recepção e do efeito em sua avaliação das tendências atuais da ciência da literatura (“*Literaturwissenschaft heute*”) do seguinte modo:

Se alguém do cenário internacional quer saber algo sobre as inovações no campo dos estudos de literatura, a resposta é um silêncio embaraçoso. Por certo, a Escola de Konstanz – Hans Robert Jauss e Wolfgang Iser – é conhecida, mas as suas inovações se localizam lá no final da década de 60 e inícios da década de 70; de um modo geral prevalece a impressão de que as teorias do discurso, a desconstrução, o pós-estruturalismo, os Cultural Poetics, a Psicanálise lacaniana, por exemplo, são recebidas com atraso, ao ponto de a ciência da literatura na Alemanha, formar, antes, a retaguarda na discussão internacional, ainda que não se saiba exatamente quem a lidera atualmente. (MÜLLER, 1995, p. 336).

A publicação, em 2003, de *Mein Weg durch die Literaturwissenschaft* (Meu caminho pela ciência da literatura), de Christa Bürger, em que a renomada teórica da literatura esboça uma história da teoria da literatura dos anos 60 até hoje, a partir de suas experiências e lembranças pessoais – entre outras, até 1998 como professora na Universidade de Frankfurt – sequer menciona o projeto da estética recepcional, e o nome de Jauss comparece uma única vez enterrado em uma nota de rodapé. As razões desse esquecimento intencional nos permitem entrar novamente nos meandros de um campo

disciplinar institucional em que se cruzam as preferências por certas propostas teóricas com determinados projetos políticos.

“A Bürger vermelha”, assim passou a ser conhecida, durante certo tempo, a jovem professora de língua e literatura alemã, que iniciou a sua docência, junto com a sua militância política, na época conturbada dos movimentos estudantis e da reforma do ensino. O seu gesto manifesto naquela nota – sem uma palavra sequer sobre o lugar na história da ciência da literatura daquele que reclama para si o mérito de ter encadeado uma mudança paradigmática de alcance internacional – pode ser lido como revide tardio da autora, por ter ele mesmo marginalizado (e também em nota de rodapé) um teórico como Werner Krauss. Com o seu ensaio “*Literaturgeschichte als geschichtlicher Auftrag*” (História da literatura como tarefa histórica), de 1950, esse injustiçado intelectual de esquerda – que não tinha deixado ser cooptado pelo regime nazista, nem dentro, nem fora do espaço institucional da universidade, e que fazia parte do grupo de resistência *Rote Kapelle* tendo a sua condenação à morte transformada em cinco anos de prisão – teria sido o precursor e mentor das idéias de autocritica presentes no famoso manifesto-programa de Jauss, merecendo o reconhecimento que lhe foi negado pelo silêncio. A indignação de Bürger e o seu distanciamento irreconciliável do teórico de Konstanz – numa época em que já faziam parte do domínio público as suas nebulosas simpatias com o nacional-socialismo – expressam-se neste singelo desabafo que alia motivos de ordem metodológica com convicções morais e políticas: “Eu teria desejado não ser justamente Hans Robert Jauss a escrever o prefácio para a edição das anotações de Werner Krauss em *Vor gefallenem Vorhang*” (BÜRGER, 2003, p. 80). Mesmo se neste prefácio da obra póstuma, publicada vinte anos após a morte do autor, Jauss o destaca como “testemunha-chave do século”.

Em todo o caso, a bandeira erguida por Christa Bürger nesta contenda é outra. O seu envolvimento particular com os estudos de literatura no espaço institucional da comunidade científica se pauta por valores estéticos, morais e políticos distintos. A sua ego-narrativa sequer compartilha uma curiosidade pelos mesmos objetos de investigação. Neste sentido, a *historia calamitatum et fortunarum mearum*, de Hans Robert Jauss se entende simultaneamente como exemplo singular e como história exemplar. Não porque, escrita em primeira pessoa, ela traduz uma experiência única, mas porque esta

experiência se (re)constrói interativamente com a experiência de uma comunidade científica que habita o espaço institucional da construção de um saber. Que, por seu lado, não flutua no vácuo social e político.

OLINTO, H. K. Institutional issues in the literary system. *Revista de Letras*, São Paulo, v.44, n.1, p. 45 - 65, 2004.

- *ABSTRACT: The essay intends to offer a reflection about the conditions of emergence, in the literary system, of a self-reflexive discourse centered on testimony of intellectuals who participate, in an institutional way, on paradigm shifts in the domain of literary studies, in specific politic moments. In the second part of the essay the arguments developed will be exemplified by a lecture of an “autobiographic historiography” that discusses the changes in literary studies simultaneously to the university reform, the students’ revolts of 68 and the political project of democratization in Germany. The ego-document by Hans Robert Jauss, “Historia calamitatum et fortunarum mearum or: A Paradigm Shift in Literary Study”, idealized in the late 80s by demand of the Deutsche Forschungsgemeinschaft, as a chapter of a history of literary scholarship in Germany, will be the basis for a discussion about the complex articulations between particular convictions and theoretical and political projects to legitimate, or not, determined paradigm shifts.*

- *KEYWORDS: Literary institution; historiography of literary scholarship; intellectual ego-documents.*

Referências

BÜRGER, C. *Mein Weg durch die Literaturwissenschaft*. Frankfurt: Suhrkamp, 2003.

BURKE, P. (Org.). *A escrita da história - Novas perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992.

CERTEAU, M. de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CIXOUS, H. From the Scene of the Unconscious to the Scene of History. In: COHEN, R. (Ed.). *Future Literary Theory*. New York & London: Routledge, 1989, p. 1-18.

COHEN, R. In: _____. *Future Literary Theory*. New York & London: Routledge, 1989, p. vii-xx.

GRANT, C. B. Entrevista com Siegfried J. Schmidt. Sobre os fundamentos cognitivos e a relevância social da ciência da literatura. *Forum deutsch* 1, v.2, p.7-22, 1997.

GUMBRECHT, H. U. *Vom Leben und Sterben der grossen Romanisten*. München: Carl Hanser Verlag, 2002.

_____. *Eine Geschichte der Spanischen Literatur*. Frankfurt: Suhrkamp, 1990.

_____. A plethora moderna de sentido. Vinte e quatro anos de Poética e Hermenêutica. *Letras* 34, p. 89-115, 1988.

ISER, W. *Der Akt des Lesens - Theorie Ästhetischer Wirkung*. München: Fink, 1976.

JAUSS, H. R. *Literaturgeschichte als Provokation der Literaturwissenschaft*. Konstanzer Universitätsreden, 1967, v.3.

_____. L'esthétique de la réception: une méthode partielle. In: _____. *Pour une esthétique de la réception*. Paris: Gallimard, 1978.

_____. Historia calamitatum et fortunarum mearum or: Paradigm Shift in Literary Study. In: COHEN, R. (Ed.). *Future Literary Theory*. New York & London: Routledge, 1989.

LACOUTURE, J. "A história imediata". In: LEGOFF, J. (Org.). *A história nova*. São Paulo: Martins Fontes, 1990, p. 216-240.

MÜLLER, H. Literaturwissenschaft heute. Beobachtungen aus der Ferne. In: FOHRMANN, J.; MÜLLER, H. (Ed.). *Literaturwissenschaft*. München: Fink, 1995, p. 331-341.

NORA, P. *Essais d'ego-histoire*. Paris: Gallimard, 1987.

_____. O acontecimento e o historiador do presente. In: _____. et al. *A nova história*. Lisboa: Edições 70, 1984, p. 45-56.

OLINTO, H. K. Bem-me-quer-mal-me-quer: Teoria da literatura. *Letras* 34, p. 78-87, 1988.

_____. Ciência empírica da literatura: uma perspectiva pragmática. In: ZYNGIER, S. (Org.). *Conhecimento e imaginação*. Rio de Janeiro: EDUFRJ, 2001, p. 13-31.

_____. Pequenos ego-escritos intelectuais. *Palavra*, 7, p. 24-44, 2003.

RÉMOND, R. O contemporâneo do contemporâneo. In: NORA P. *Ensaio de ego-história*. Lisboa: Edições 70, 1989, p. 287-341.

SCHMIDT, S. J. *Der Kopf, die Welt, die Kunst*: Konstruktivismus als Theorie und Praxis, Wien: Böhlau, 1992.

_____. System und Beobachter: Zwei wichtige Konzepte in der (künftigen) literaturwissenschaftlichen Erforschung. In: FOHRMANN J.; MÜLLER, H. *Systemtheorie in der Literatur*. München: Fink, 1996, p. 106-133.